



ESTATUTO SOCIAL

Associação Dos Suinocultores Do Estado De Minas Gerais

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO.

ARTIGO 1º - A *Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais*, que tem como sigla **ASEMG**, inscrito sob CNPJ 17.834.631/0001-09, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, situada na Avenida Amazonas, nº 6.020, Bairro Gameleira, CEP 30.510-000, é uma associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que congrega os suinocultores do Estado de Minas Gerais e outros profissionais que atuam diretamente na atividade, regendo-se por esse Estatuto Social, pelo Código Civil Brasileiro e pelas deliberações de seus órgãos.

§ 1º - De acordo com a conveniência de suas atividades, a **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** poderá manter escritórios ou representações em outras localidades ou municípios, para defender seus associados, cuja instalação dependerá de uma decisão do **Conselho Diretor**, em reunião específica para tal fim.

§ 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e não fará qualquer distinção de raça, cor, gênero, orientação sexual, condição social, credo político ou religioso.

ARTIGO 2º - São finalidades da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**:

- I. Reunir, representar e defender os interesses dos suinocultores do Estado de Minas Gerais, no terreno técnico, político, social e econômico;
- II. Defender judicialmente e extrajudicialmente os interesses dos associados perante os órgãos públicos, sociedades de economia mista e empresas públicas ou privadas;
- III. Divulgar técnicas atualizadas de criação de suínos, com base em resultados de pesquisas e experimentos;
- IV. Propugnar pela solução dos problemas técnico-científicos, sociais e econômicos, inerentes a suinocultura;
- V. Estimular a comercialização de suínos e seus derivados no território mineiro, nacional e no mercado internacional;
- VI. Realizar e promover eventos técnicos ligados à atividade, dentre eles, cursos, palestras, seminários, feiras, workshops;
- VII. Celebrar convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nos interesses da associação;
- VIII. Zelar pela ética profissional entre os associados;



- IX. Participar, como afiliada, de entidades de representação da classe, a nível estadual, nacional e internacional;
- X. Promover e fomentar outras atividades reputadas pelo **Conselho Diretor** como de relevante interesse do setor.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS E SUAS RESPONSABILIDADES, DIREITOS E DEVERES.

ARTIGO 3º - A associação será composta por suinocultores em sua maioria do *Estado de Minas Gerais*, pessoas físicas ou jurídicas, entidades representativas dos suinocultores, tais como outras associações ou cooperativas, Médicos Veterinários, Zootecnistas e outros profissionais do setor, regularmente admitidos, conforme disposições deste Estatuto.

ARTIGO 4º - A admissão de um novo associado deverá ser endossada por um dos associados e submetida à decisão do **Conselho Diretor**, na primeira reunião seguinte à proposta.

Parágrafo único: Considera-se efetivada a admissão após esta ser aprovada e pagas as devidas contribuições à tesouraria.

ARTIGO 5º - Os associados, de qualquer das categorias abaixo mencionadas, não respondem solidariamente, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos da Associação ou pelos atos praticados pelo **Conselho Diretor** e demais órgãos deliberativos, administrativos e fiscalizatórios.

ARTIGO 6º - Os associados serão distribuídos nas seguintes categorias:

- I. **Pessoas físicas suinocultores;**
- II. **Pessoas jurídicas suinocultores**, representados por um dos sócios ou colaborador, formalmente indicado pela direção da empresa associada;
- III. **Pessoas jurídicas representativas dos suinocultores**, tais como associações, sindicatos e cooperativas, representada por um dos seus diretores formalmente indicado;
- IV. **Profissionais do setor**, tais como, Médicos Veterinários, Zootecnistas, representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas;
- V. **Associados honorários**, pessoas que no exercício de suas atividades particulares ou profissionais, tenham se destacado no campo de atuação da Associação, colaborando para a realização de seus fins.

§ 1º. Os associados enquadrados no inciso **IV** e **V**, não poderão ser votados.

§ 2º. Os associados, pessoas físicas, que desejarem indicar uma pessoa como seu legítimo representante deverão nomeá-lo formalmente através de documento enviado à ASEMG, passando o indicado a gozar de todos os seus direitos e deveres em seu lugar. O indicado deverá possuir, obrigatoriamente, cadastro legal como produtor rural e ser parte integrante da equipe da granja em questão.



§ 3º. Os indicados como representantes dos associados estarão sujeitos às regras do ARTIGO 4º, Parágrafo único deste estatuto.

ARTIGO 7º - São direitos do associado, cuja contribuição esteja quitada regularmente:

- I. Tomar parte das Assembleias Gerais e nelas votar e ser votado, ressalvadas as restrições deste estatuto e em conformidade com as normas eleitorais da associação;
- II. Propor a admissão de novos associados;
- III. Convocar Assembleias Gerais, em conformidade com o **ARTIGO 15º, Parágrafo único**, deste Estatuto;
- IV. Apresentar ao órgão competente reivindicações, denúncias e recursos;
- V. Usufruir dos serviços oferecidos pela associação, respeitando as disposições estatutárias e administrativas;
- VI. Ter acesso a toda e qualquer publicação oficial ou informação produzida pela associação;
- VII. Votar em todas as deliberações propostas;
- VIII. Ser votado para cargos eletivos com exceção daqueles associados que se encaixam nos itens IV e V do artigo 6º.

§ 1º - Só poderão votar os associados com mais de três (3) meses de associação, contados retroativamente a partir da data da votação e que estejam em dia com a tesouraria, exercendo este direito ao voto de forma presencial ou online, sendo vetado o voto por procuração;

§ 2º - O associado inadimplente excluído dos quadros sociais somente poderá voltar a se associar após a quitação integral do débito anterior. Este deverá cumprir novamente os prazos de carência para votar e ser votado, conforme explicitados nos **ARTIGO 7º, § 1º e ARTIGO 16º, § 5º** deste estatuto;

ARTIGO 8º - A qualidade de associado é intransferível. Com exceção do **ARTIGO 6º, § 2º** deste estatuto;

ARTIGO 9º - São deveres do associado:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e as deliberações do **Conselho Diretor** e das Assembleias Gerais ou previstas na legislação brasileira;
- II. Agir com decoro e com respeito em relação à associação;
- III. Cooperar, dentro e fora da associação, para que esta atinja suas finalidades;
- IV. Exercer com responsabilidade, cargo e encargo para o qual tenha sido eleito ou designado, inclusive e especialmente, aqueles de administração e fiscalização;
- V. Pagar pontualmente as contribuições definidas pelo **Conselho Diretor**;
- VI. Atender as convocações para as Assembleias Gerais da associação;
- VII. Salvo quando expressamente autorizados pelo **Conselho Diretor** ou pela Assembleia Geral, os associados não poderão pronunciar-se em nome da

Associação, representá-la em qualquer circunstância que seja ou contrair obrigações a serem por ela cumpridas.



ARTIGO 10º - O associado poderá ser desligado da Associação quando:

- I. A qualquer momento, por sua livre e espontânea vontade, mediante requisição de demissão dirigida ao **Conselho Diretor**, desde que não esteja em débito com suas obrigações;
- II. Pelo seu falecimento, em se tratando de pessoa física;
- III. Pela extinção da pessoa jurídica associada;
- IV. Estiver inadimplente com o pagamento das contribuições por mais de três (3) meses, contados da data do vencimento;
- V. Violar gravemente o estabelecido no presente Estatuto Social;
- VI. Difamar a associação, seus associados ou objetos;
- VII. Contrariar ou deixar de cumprir as decisões da Assembleia Geral.

§ 1º - O associado enquadrado nos incisos IV, V, VI e VII do presente artigo será excluído por decisão motivada pelo **Conselho Diretor**, assegurada a ampla defesa.

§ 2º - O associado desligado nos termos do inciso IV, será reintegrado na mesma categoria após o saldo de seu débito. Este deverá a cumprir novamente os prazos de carência para votar e ser votado, conforme explicitados nos **ARTIGO 7º, § 1º e ARTIGO 16º, § 5º** deste estatuto;

§ 3º - Da decisão de exclusão, caberá recurso no prazo de 10 dias de sua comunicação, à Assembleia Geral Ordinária, que a manterá ou reformará, sempre de forma fundamentada.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DELIBERATIVOS.

ARTIGO 11º - Os órgãos de administração da associação são:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Diretor;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Consultivo.

Seção I - Da Assembleia Geral

ARTIGO 12º - A Assembleia Geral é o órgão máximo da associação, integrado por todos os associados em pleno gozo de seus direitos e cujas respectivas contribuições estejam quitadas regularmente, e reunir-se-á ordinariamente, dentro dos primeiros cinco (05) meses do ano e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

ARTIGO 13º - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- I. Eleger o Conselho Diretor;



- II. Eleger o Conselho Fiscal;
- III. Aprovar o relatório anual do Conselho Diretor, as demonstrações financeiras e contábeis;
- IV. Deliberar sobre todos os assuntos de interesse da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, exceto aqueles exclusivos da Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo Único - Para instalação da *Assembleia Geral Ordinária* em primeira convocação, será exigido um quórum de cinquenta por cento (50%) mais um, dos associados com direito a voto. Não atingindo o quórum mínimo de deliberação, a Assembleia será instalada, em segunda convocação, com qualquer número de associados com direito a voto.

ARTIGO 14º - Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Reforma do Estatuto Social;
- II. Mudança do objeto da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**;
- III. Alienação, oneração ou permuta de bens imóveis;
- IV. Destituir os membros, **Conselho Diretor** e do **Conselho Fiscal**.

§ 1º - Para instalação da *Assembleia Geral Extraordinária* em primeira convocação, será exigido um quórum de cinquenta por cento (50%) mais um, dos associados com direito a voto. Não atingindo o quórum mínimo de deliberação, a Assembleia será instalada em segunda convocação com qualquer número de associados com direito a voto.

§ 2º - Para a validade das deliberações a que se refere este artigo, torna necessário o voto de no mínimo dois terços (2/3) dos associados presentes.

ARTIGO 15º - A *Assembleia Geral Ordinária* será convocada com antecedência mínima de até sessenta (60) dias, através de edital publicado na imprensa escrita, de circular registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, e a *Assembleia Geral Extraordinária* com até sessenta (60) dias de antecedência, também através de edital publicado na imprensa escrita, de circular registrada ou e-mail com comprovante de recebimento, devendo constar sempre na convocação, a ordem do dia, local e hora da reunião.

Parágrafo Único – Associados que representarem 1/5 (um quinto) do total de associados, conforme **artigo 60 do Código Civil**, poderão convocar uma *Assembleia Geral Extraordinária*, a qualquer tempo, tudo em conformidade com esse estatuto.

Cessão II – Do Conselho Diretor

ARTIGO 16º - O **Conselho Diretor** será eleito pela Assembleia Geral e seu mandato é de três (3) anos, sendo obrigatória a renovação de um terço (1/3) de seus membros, permitindo, porém, a reeleição do cargo de Diretor Presidente



apenas uma vez para um mandato subsequente, e sem restrição para um pleito não-consecutivo.

§ 1º - A eleição será realizada durante a *Assembleia Geral Ordinária*.

§ 2º - O registro das chapas para concorrerem a eleição, deverá acontecer até trinta (30) dias antes da realização da *Assembleia Geral Ordinária*, na sede da Associação, ou de forma on-line por meio dos canais oficiais da entidade, devendo conter o nome e a assinatura de todos os concorrentes.

§ 3º - O **Conselho Diretor** da associação tem o prazo máximo de quinze (15) dias, para verificar a elegibilidade de cada candidato inscrito.

§ 4º - A substituição do candidato inelegível será no prazo máximo de sete (7) dias, após a comunicação.

§ 5º - Só poderão ser votados para cargos do **Conselho Diretor**, os associados enquadrados nos incisos I e II do **ARTIGO 6º** desse estatuto, com mais de doze (12) meses de associação, contados retroativamente a partir da data da inscrição da chapa e que estiverem em dia com a tesouraria.

§ 6º - Os membros do **Conselho Diretor**, escolhidos ou não para funções executivas, não poderão ter entre si laços de parentescos até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, afins e cônjuge.

§ 7º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

§ 8º - Em caso de chapa única, as eleições poderão ser realizadas por aclamação.

ARTIGO 17º - O **Conselho Diretor** terá a seguinte composição: Diretor Presidente; Vice-Diretor Presidente; Diretor Financeiro; Diretor Administrativo; Diretor Técnico e de Meio Ambiente e Diretor de Mercado.

ARTIGO 18º - As reuniões do **Conselho Diretor** deverão ser realizadas ordinariamente duas (2) vezes durante o ano fiscal, com intervalos máximos de cento e vinte (120) dias e extraordinariamente, sempre que necessário, e terão validade com qualquer número de Diretores que deliberarão por maioria simples, reservado ao Diretor Presidente o uso do voto duplo, ou seja, votará o Diretor Presidente juntamente com os demais e, só então, ocorrendo empate, aplicará seu direito de dois (2) votos, servindo-se do segundo para desempate.

ARTIGO 19º - Será convocada Assembleia Geral Extraordinária caso vaguem mais da metade do **Conselho Diretor**. Os novos Diretores apenas completarão o mandato dos anteriores.

ARTIGO 20º - Compete ao Conselho Diretor:

- I. Fixar o valor da contribuição dos associados;



- II. Prestar contas à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do **Conselho Fiscal** sobre as mesmas, bem como apresentar o relatório e programa de ação;
- III. Tomar as decisões de natureza administrativa da associação, exceto aquelas de competência exclusiva da Assembleia Geral;
- IV. Contratar o *Secretário Executivo* da associação, fixando a sua remuneração, que responderá pela parte executiva dos serviços, operando em estreita colaboração e cumprimento das determinações do **Conselho Diretor**;
- V. Autorizar o Diretor Presidente e o *Secretário Executivo* a celebrar convênios com entidades congêneres, órgãos públicos, particulares, universidades ou afins;
- VI. Elaborar o regimento interno ou suas alterações, submetendo-as à apreciação da Assembleia Geral;
- VII. Convocar as Assembleias Gerais na forma estatutária, delegando ao Diretor Presidente a sua assinatura;
- VIII. Elaborar o balanço patrimonial e o relatório de despesas, apresentando-os ao **Conselho Fiscal** antes da realização da Assembleia Geral;
- IX. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações da Assembleia Geral.

ARTIGO 21º - Compete ao Diretor Presidente:

- I. Representar ativa e passivamente a associação, de forma isolada, perante qualquer órgão, quer público ou privado;
- II. Presidir as reuniões do **Conselho Diretor** e as Assembleias;
- III. Emitir cheques e outros documentos de ordem econômica isoladamente;
- IV. Assinar com o **Secretário Executivo** documentos de ordem social ou representativos da associação;
- V. Proferir votos de desempate nas votações de assuntos de interesse da associação;
- VI. Constituir advogados e ou mandatários.

Parágrafo único. Por meio de procuração, o Diretor Presidente poderá delegar ao Diretor Financeiro a atribuição de assinar cheques e ordens de pagamento isoladamente.

ARTIGO 22º - Compete ao Vice-Diretor Presidente:

- I. Substituir o Diretor Presidente ou representá-lo a seu pedido;
- II. Representar ativa e passivamente a associação, perante qualquer órgão, quer público ou privado, de forma isolada, na falta do Diretor Presidente;
- III. Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, documentos de ordem social ou representativos da associação.

ARTIGO 23º - Compete ao Diretor Administrativo:



- I. Redigir ou mandar redigir as atas das reuniões do **Conselho Diretor** e ou das Assembleias Gerais;
- II. Responsabilizar-se pelos arquivos da associação;
- III. Dinamizar a seção de divulgação da associação;
- IV. Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, documentos de ordem social ou representativos da associação;
- V. Rubricar os livros de atas e outros documentos de importância social.

ARTIGO 24º - Compete ao Diretor Financeiro:

- I. Cuidar da economia interna da associação;
- II. Assinar cheques e outros documentos de ordem econômica isoladamente para movimentação de contas bancárias e de outros valores sem a necessidade de assinatura do Diretor Presidente;
- III. Apresentar na Assembleia Geral Ordinária um orçamento para o exercício seguinte;
- IV. Fornecer relatório financeiro anual a Assembleia, ou balancete quando exigido.

ARTIGO 25º - Compete ao Diretor de Mercado:

- I. Orientar as ações da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** para o preço correto de mercado;
- II. Negociar com os parceiros, juntamente com outros associados, o preço a ser praticado;
- III. Definir as estratégias das negociações da associação, buscando informações e determinando quais os melhores acordos, para fortalecer o posicionamento da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** frente ao mercado nacional.

ARTIGO 26º - Compete ao Diretor Técnico e de Meio Ambiente

- I. Promover reuniões e eventos para discussões de questões técnicas da suinocultura e das atividades a ela relacionadas;
- II. Defender, representar e promover a suinocultura perante os órgãos estaduais e federais relacionados a atividade;
- III. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.

Sessão III - Do Conselho Fiscal

ARTIGO 27º - O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e respectivos suplentes, com mandatos coincidentes com o do **Conselho Diretor**, sendo obrigatória a renovação de um terço (1/3) de seus membros, sendo um (1) efetivo e um (1) suplente.

§ 1º - Não podem fazer parte do **Conselho Fiscal**, os parentes entre si e do **Conselho Diretor** até segundo (2º) grau em linha reta ou colateral.



§ 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos no **Conselho Diretor** e no **Conselho Fiscal**.

ARTIGO 28º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar as finanças e patrimônio da associação, fazendo minucioso exame das contas e emitindo parecer;
- II. Denunciar eventuais irregularidades ocorridas na vida financeira ou patrimonial da sociedade, podendo para tanto convocar Assembleia Geral;
- III. Dar parecer sobre a formação, preservação e administração do patrimônio da associação;
- IV. Estudar e sugerir medidas referentes a assunto econômico, financeiro ou contábil da associação.

Parágrafo único — Para o eficiente desempenho de suas atribuições e mediante justificativa, o **Conselho Fiscal** pode solicitar auditoria especializada para auxiliá-lo.

ARTIGO 29º - O Conselho Fiscal reunir-se-á para apreciar o balanço antes da Assembleia Ordinária de prestação de contas.

Sessão IV - Do Conselho Consultivo

ARTIGO 30º - O Conselho Consultivo, será composto pelo conselho diretor, pelos conselheiros fiscais e respectivos suplentes, pelos representantes indicados das cooperativas e associações regionais afiliadas à **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, desde que as pessoas indicadas, sejam juridicamente suinocultoras, façam ou tenham sido parte de suas diretorias e sejam também associado à **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**.

§ 1º - Só terá direito a representação no **Conselho Consultivo**, a entidade que for associada e estiver com as contribuições em dia;

§ 2º - Caso algum dos membros do **Conselho Diretor** ou membro do **Conselho Fiscal** ocupe cargos de diretoria de alguma das associações ou cooperativas regionais filiadas, essa deverá ser representada por outro diretor da entidade que também seja associado à **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**.

§ 3º - Os nomes indicados pelas cooperativas e associações filiadas para a composição, em seu nome, do Conselho Consultivo, passarão por avaliação e subsequente aprovação do presidente da **ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**.

§ 4º - O **CONSELHO CONSULTIVO** é uma junta indicada pelas Associação e Cooperativas associadas à Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais, não fazendo assim parte da chapa que concorrerá às eleições.



§ 5º - São atribuições do **Conselho Consultivo** o assessoramento, estudo, consulta e elaboração de parecer junto ao **Conselho Diretor**, visando auxiliá-lo na resolução de problemas pontuais, porém sem poder decisório.

CAPÍTULO IV - DA ORIGEM DOS RECURSOS E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 31º - O patrimônio e rendas da associação poderão ser constituídos por:

- I. Doações, legados e subvenções;
- II. Contribuições dos associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas;
- III. Auxílios e contribuições de entidades públicas ou privadas;
- IV. Rendas provenientes de seus bens;
- V. Juros de aplicações financeiras e outras receitas de capital;
- VI. Patrocínios;
- VII. Registro genealógico;
- VIII. Fundos de Investimentos.

ARTIGO 32º - É vedada a remuneração dos cargos do **Conselho Diretor**, do **Conselho Fiscal** e do **Conselho Consultivo**. É vedada também a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

ARTIGO 33º - A associação não pode distribuir dividendos de espécie alguma nem qualquer parcela de seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, devendo aplicar inteiramente seus recursos na realização dos objetivos estatutários.

ARTIGO 34º - O exercício social coincide com ano civil, ou seja, de primeiro (1º) de janeiro a trinta e um (31) de dezembro.

ARTIGO 35º - Extinta a associação por deliberação da Assembleia Geral, seu patrimônio social e bens serão destinados a uma entidade congênere ou de forma diversa, conforme deliberar a Assembleia Geral legalmente constituída para tal fim.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 36º - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo **Conselho Diretor** ou pela Assembleia Geral, dependendo da matéria e da competência requerida para os mesmos.

Parágrafo Único – Da decisão do **Conselho Diretor** caberá recurso à Assembleia Geral, no prazo de 10 dias de sua comunicação, que será convocada dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da sua interposição.

ARTIGO 37º - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.



ARTIGO 38º - O presente estatuto foi alterado e aprovado em *Assembleia Geral Extraordinária*, realizada no dia 30 de outubro de 2024 e **entrará em vigor nesta data**, devendo ser regularmente registrado na forma da lei.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2024

João Carlos Bretas Leite

Presidente eleito da Associação Dos Suinocultores Do Estado De Minas Gerais

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3º Tabelionato de Notas de Belo Horizonte - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(IEZ61287) JOAO CARLOS BRETAS LEITE

em testemunho da verdade.
Belo Horizonte, 18/11/2024 14:15:03 25350
SELO DE CONSULTA: IEZ61287
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6632.5441.9951.7367
Quantidade de atos praticados: 01

Ato(s) praticado(s) por:
Marcelo Deocildes Araújo - Escrevente Autorizado
Emol: R\$7,80 TFJ: R\$2,42 Total: R\$10,22 ISS: R\$0,37
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ADB781178

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br

**ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GER
AIS**

AVERBADO(A) sob o nº 42, no registro 134490, no Livro A,
em 30/12/2024

Belo Horizonte, 30/12/2024

Emol: (6101-0) R\$ 147,55 TFJ: R\$ 59,18 Rec: R\$ 8,85 Iss: 7,38 - Total: R\$ 216,96
Emol: (8101-8) R\$ 96,69 TFJ: R\$ 32,12 Rec: R\$ 5,83 Iss: 4,84 - Total: R\$ 139,48

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br

**ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GER
AIS**

AVERBAÇÃO nº 42, no registro 134490, no Livro A, Examinada,
Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 30/12/2024

Emol: (6601-9) R\$ 24,21 TFJ: R\$ 7,42 Rec: R\$ 1,45 Iss: 1,21 - Total: R\$ 34,29

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **IMD19471**
Cód. Seg.: **6201.9408.0374.7200**
Quantidade de Atos Praticados: **00013**

Ato(s) Praticado(s) por: **Milena Pereira - Auxiliar**
Emol: R\$ 284,58 TFJ: R\$ 92,72 Total: R\$ 377,30 ISS: R\$ 1,21
Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>